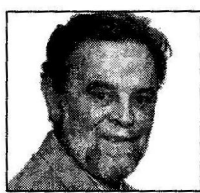


# MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

## Atos de desespero

• Foi muito estranho o desespero do governo para impedir a CPI da Corrupção. A desavergonhada intervenção no Legislativo é quase uma confissão de culpa. As justificativas não tinham pé nem cabeça. “A CPI será um palanque para a oposição.” E daí? “A CPI comprometerá a governabilidade”. Desde quando? “O Governo já apura o que tem de ser apurado”. Então, por que se tenta impedi-la?

O presidente da República reuniu ostensivamente no Palácio da Alvorada 12 de seus ministros que são parlamentares para receber suas ordens de combate. À saída, Sarney Filho relatou à imprensa a missão — conseguir de correligionários a retirada de assinaturas do requerimento de constituição da CPI — e denunciou haver chantagistas entre os signatários. Ato contínuo, informou-se que, nos últimos dois dias, tinham sido liberados mais de R\$ 40 milhões das emendas ao Orçamento de deputados da base governista. É a comprovação explícita de que o governo cedeu à chantagem. Correm pelos corredores do Congresso os boatos mais cabeludos sobre as exigências dos chantagistas para retirarem as assinaturas. Um deputado teria pedido uma diretoria da Petrobras. Outro, talvez mais objetivo, queria uma diretoria da BR Distribuidora, que é como o caixa diário da empresa-mãe. Até o perdão de Everardo, o generoso, secretário da Receita, teria sido pedido para multas aplicadas ao pai de um parlamentar por sonegação do Imposto de Renda. Quem conta um conto aumenta um ponto, diz-se. Ninguém pode atestar a veracidade dessas histórias, mas há um forte cheiro de enxofre no ar.

As oposições, finalmente, tiveram de revelar o nome dos signatários. Eram menos numerosos do que se esperava: 181. Só dez assinaturas a mais do que o mínimo necessário, o que estimulou a atividade do governo.

Além dos recursos comerciais, o governo usou todos os recursos políticos. Recorreu até à saída do deputado Francisco Dornelles do Ministério do Trabalho, onde está tendo uma atuação melhor do que a prevista, só para anular a assinatura de sua suplente, Alcione Athayde. Foram feitos apelos a governadores amigos para que liberassem secretários que são titulares na Câmara. Vieram três. Tasso Jereissati mandou de volta um colaborador chave, Aroldo Holanda, que tem tido um desempenho muito elogiado como secretário de Ciência e Tecnologia do Ceará. Ocupou o mandato que vinha sendo exercido por Pimentel Gomes, eleito pelo PSDB mas que passou para o PPS. É primo de Ciro Gomes.

A vitória do governo está na razão direta do número de canalhas que assinaram o requerimento.

O próximo campo de batalha seria a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, na qual o líder do PSDB, Juthay Magalhães (BA) pretendia substituir cinco titulares para obter uma declaração de inconstitucionalidade do requerimento, alegando que ter 16 objetivos diferentes é ter nenhum. A Constituição manda que as comissões parlamentares de inquérito apurem fatos determinados.

Lembro-me de um único precedente para o desesperado esforço agora empreendido: a mobilização dos deputados da Arena, em 1968, para concederem a permissão reclamada pelos três ministros militares para me processar. A negativa foi o pretexto para a outorga do AI-5 e o fechamento do Congresso.

Naquela ocasião, o líder do governo substituiu 13 de seus representantes na CCJ para garantir um relatório favorável. Sobraram apenas Monsenhor Arruda Câmara e o presidente da comissão, Djalma Marinho. Monsenhor Arruda Câmara era um sacerdote jagunço, na tradição de frei Manuel Calado, que guerreou os holandeses. Usava uma peixeira debaixo da batina e consta que ameaçou o líder da Arena, Geraldo Freire, de encontrar na sua barriga uma baihã para seu punhal. Djalma Marinho, pressionado pelos militares, resistiu e declarou da tribuna: “Ao rei, tudo. Menos a honra”. A sala da CCJ tem hoje o seu nome. Duvido que, entre os governistas de hoje, se encontre algum com igual altivez. A relatoria do processo foi, naquela ocasião, entregue a um jovem deputado do Rio Grande do Norte, Grimaldi Ribeiro. Lembro-me de ter perguntado a Pedro Aleixo como explicava que um deputado em princípio de carreira aceitasse tão infamante incumbência. Pedro respondeu: “Há certos papéis nesta Casa que só se dão a deputados nordestinos de primeiro mandato”.

O que não se explica, a não ser por um temor que não pode ser confessado, é a intervenção aberta do presidente Fernando Henrique no processo. Tem medo de quê? Da investigação sobre Eduardo Jorge ou sobre uma empresa nas Bahamas em nome de Sérgio Motta e de um advogado americano? Se o medo não fosse pessoal, não contrariaria dessa forma temerária sua recusa a meter a mão em cumbucas.